



Operação policial foi realizada simultaneamente em cinco estados visando desarticular organização que extrai ouro na Terra Indígena Yanomami

A Polícia Federal (PF), em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e Polícia Militar, deflagrou, na manhã de ontem, a operação Warari Koxi. A ação teve como foco combater e desarticular uma suposta organização criminosa que agia na extração ilegal de ouro e pedras preciosas em áreas da Terra Indígena Yanomami, provocando prejuízos de R\$ 17 milhões, além dos danos ambientais.

Em Roraima, houve a condução coercitiva de cinco servidores públicos para depor na PF e a prisão de um proprietário de uma draga usada na extração de minério. Dos servidores envolvidos, foi determinado judicialmente o imediato afastamento de dois deles de suas funções ligadas à Fundação Nacional do Índio (Funai). Eles são acusados de receber propinas para repassar informações sobre operação policial para os garimpeiros.

“A investigação apontou que há fortes indícios do envolvimento deles nessa operação criminosa que por dever das suas funções deveria coibir. Ou seja, ele ganha para proteger a cultura e o patrimônio indígena, no entanto, estava atuando nessa organização criminosa”, disse o delegado regional de Combate ao Crime Organizado da PF, Alan Robson Ramos.

Segundo ele, a operação teve como objetivo o cumprimento de 313 mandados judiciais nos estados de Roraima, Amazonas, Rondônia, Pará e São Paulo, sendo este último o alvo mais relevante dessa operação, já que grande maioria do ouro retirado ilegalmente tinha como destino os financiadores dessa grande organização criminosa investigada nessa ação.

As atividades da operação foram iniciadas simultaneamente nos estados às 07 horas no

horário de Brasília (06 horas no horário local). Conforme Ramos, aproximadamente 98 mandados foram para o Estado. Um grande esquema de operação foi realizado em 26 lojas de compra e venda de ouro e pedras preciosas do Centro da Capital, conhecida como “rua do ouro”, e na região da terra indígena.

"Uma operação dessa envergadura requer um bom reforço de contingente, tanto que nessa ação foram chamados mais de 150 agentes da Polícia Federal daqui e de várias unidades de outras localidades do País, que vieram durante as madrugadas para o Estado. Pela manhã, eles estiveram cumprindo os mandados nas lojas que fazem a venda e compra do ouro, colhendo materiais documentais que serão usados no inquérito. Tivemos também a questão da logística para chegar à terra indígena Yanomami. Por ser uma região de difícil acesso e por não haver estradas naquela localidade, foram usados aeronaves e helicópteros dos órgãos que fazem parte da operação. Isso nos possibilitou chegar aos pontos mais importantes de atuação da lavra garimpeira do Estado", disse.

**DENOMINAÇÃO** - Batizada de Warari Koxi, termo nativo utilizado para definir conceito negativo de intervenção no meio ambiente saudável, a operação iniciou em novembro do ano passado. Segundo o delegado, o grupo teria movimentado, de forma ilegal, um montante de aproximadamente R\$ 1 bilhão no período de 2013 a 2014. As investigações apontam ainda envolvimento de empresários, funcionários públicos, donos de garimpo, joalheiros e pilotos de avião nas ações criminosas.

**INVESTIGAÇÃO** - Conforme a delegada responsável pelo inquérito, Denisse Dias, as ações da operação se deram em duas linhas de atuação. Uma na zona rural, onde o foco eram os executores do garimpo e outra, na zona urbana, com foco nos compradores e intermediadores.

“O inquérito está direcionado na questão de como funciona o ciclo da indústria do ouro ilegal que existe em Roraima. Para isso, nós tivemos que atuar em duas frentes. A primeira envolve os executores, que são as pessoas que retiram esse ouro, ou seja, que executam a lavra na região da terra indígena Yanomami. Em seguida, os intermediários, que são aqueles que captam esse ouro e fornecem insumos para que os executores possam efetuar a retirada”, disse.

“Eles ainda fazem o trabalho de concentração do metal, para logo em seguida repassá-lo aos financiadores, que ficam localizados nos grandes centros, principalmente em São Paulo, que no caso seriam as chamadas DTVMs, as Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários. Para

que nós pudéssemos chegar até elas, nós tínhamos que demonstrar a materialidade do ilícito e a forma como ele ocorria”, complementou a delegada.

Com o cumprimento dos mandados, as equipes estão coletando provas que servirão de base para elaborar um documento que será encaminhado para a Justiça Federal. Segundo a PF, a pena pode chegar até 54 anos de prisão. Os crimes cometidos pelos envolvidos são associação criminosa, lavagem de dinheiro, receptação de bens da União, corrupção passiva, extração de recursos naturais de forma ilegal, entre outros.

“Como a investigação segue em curso, e por conta de uma das etapas envolver o transporte das equipes a áreas de difícil acesso, ainda não foi estipulado um valor de quanto será a multa para quem cometeu o crime de cunho ambiental. A previsão é que isso seja definido quando as verificações nessas localidades forem concluídas”, ressaltou a superintendente substituta do Ibama, Gabriella Cardoso.

FUNAI – Sobre o envolvimento de servidores, a Folha tentou contatar via telefone com a Superintendência Regional da Funai em Roraima, mas, até o fechamento dessa matéria, as 19h30, não obteve êxito. Também foi enviado e-mail para a assessoria de comunicação do órgão, em Brasília, mas não houve resposta. (M.L)

Fonte: Jornal Folha de Boa Vista